

A BNCC: O EMPREENDEDORISMO NA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Fernando Silva de Jesus ¹
Vanderlan Soares ²

RESUMO

O trabalho a seguir pretende analisar a presença do empreendedorismo na educação brasileira que, cada vez mais, vem ganhando destaque. A ideia defendida pelos autores é de que a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao ser estruturada em torno da ideia de competências, (pedagogia das competências), atende a uma lógica do neoliberalismo. Guiados por essa lógica, também chamada de racionalidade neoliberal, os indivíduos precisam ser formados para se tornarem empreendedores de si, ou seja, para que possam pensar e agir como uma empresa. Ainda que o empreendedorismo apareça de forma clara apenas no ensino médio, o repertório que acompanha a lógica do empreendedorismo, como formar indivíduos inovadores, resilientes e responsáveis, está presente também no ensino fundamental. Portanto, o discurso de que a escola precisa oferecer uma formação que tenha significância para a vida prática dos estudantes trata-se de um engodo. O que se pretende, na verdade, é formar indivíduos que estejam sempre em competição uns com os outros, destruindo qualquer sentimento ou espírito de coletividade. Para o desenvolvimento dessa discussão, utilizamos como referencial teórico as contribuições de Dardot e Laval (2016), Frigotto (2010), Laval (2019), Ramos (2011). O trabalho conclui que a BNCC, ao adotar a ideia de competência, passa a moldar os indivíduos para que desde cedo introjetem a ideia de que são os únicos responsáveis por sua trajetória de vida. Dessa forma, o sucesso ou o fracasso dependem única e exclusivamente de seu empenho.

Palavras-chave: BNCC, Empreendedorismo, Escola, Formação, Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Bastante presente nas discussões sobre economia, o neoliberalismo não deve ser entendido apenas como uma doutrina econômica, já que esse modelo tem moldado, não apenas as relações entre os indivíduos, mas também sua forma de pensar.

Embora não tenha uma definição claramente estabelecida, segundo Brown (2019), o termo foi adotado no Colóquio Walter Lipmann em 1938. A autora afirma, ainda, que esse evento de acadêmicos lançou as bases político-intelectuais da Sociedade Mont Pèlerin, formada uma década depois.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, campus - Guarulhos fernando.jesus@unifesp.br;

² Mestrando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, campus - Guarulhos vanderlan.soares@unifesp.br.



O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços público, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores estrangeiros. (BROWN, 2019, p. 29).

O sistema neoliberal ganhou força com a chegada de Margareth Thatcher (1979-1990) ao cargo de primeira ministra do Reino Unido e de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos (1981-1989), ao tratar da famosa frase de Margareth Thatcher: “Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”. Safatle, Silva Jr. e Dunker (2020) defendem que a concretização dessas mudanças “[...] teria de ser feita através de doses maciças de intervenção e de reeducação” (SAFATLE; SILVA Jr.; DUNKER, 2020, p. 24). Portanto, o sistema neoliberal não se restringe a questões de ordem econômica, mais do que isso, o neoliberalismo introduziu uma racionalidade.

METODOLOGIA

Este artigo se trata de uma revisão bibliográfica que resultou das discussões realizadas na disciplina *Neoliberalismo e educação: da teoria econômica às subjetividades*, ministrada pela professora Doutora Débora Cristina Goulart, durante o primeiro semestre de 2022, dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), campus Guarulhos. Dentro dessa disciplina, foi bastante discutida a chamada pedagogia empreendedora como um reflexo da racionalidade neoliberal no sistema educacional.

A CULTURA DO EMPREENDEDORISMO

Se durante a década de 1990 a escola era duramente criticada porque atuava formando mão de obra para o mercado de trabalho, o que notamos, hoje, é a presença cada vez mais forte da racionalidade neoliberal dentro do sistema educacional.

Consolidando essa racionalidade neoliberal, na educação, a disseminação da cultura do empreendedorismo desempenha um papel de fundamental importância para a hegemonia da ideologia neoliberal. Essa cultura do empreendedorismo dissemina a ideia de que todo indivíduo é capaz de ser, e deve ser, um empreendedor. No caso em específico da escola, essa racionalidade possui entrada já na educação infantil, uma vez que desde cedo, as crianças são preparadas para empreender, ou seja, para se tornarem futuros empreendedores. Essa racionalidade está presente também no ensino fundamental e médio e chega até o ensino

superior. O objetivo dessa inserção na educação é difundir a mentalidade empresarial como fator de regulação das relações humanas. Dentro dessa visão, os indivíduos precisam se reconhecer como empresas. Sendo a empresa uma criação para gerar lucro, o indivíduo precisa investir cada vez mais em si mesmo para que se torne mais produtivo, gerando “lucros”. Ou seja, essa forma de moldar a racionalidade humana, também conhecida como empreendedorismo de si, nada mais é do que a mercadorização da vida e das relações humanas.

Já que a escola é uma instituição que possui um papel fundamental na formação dos indivíduos, a educação passa a ser utilizada como um meio para exercer essa conformação. O que nos faz compreender a presença da “pedagogia empreendedora” já na fase inicial da vida escolar.

Os argumentos utilizados para justificar a entrada do empreendedorismo no cotidiano escolar, mais uma vez, defendem a necessidade de preparar crianças e jovens para as novas exigências do mercado, que, segundo Dardot e Laval (2016), mesmo que a palavra mercado ainda seja a mesma do pensamento tradicional liberal, na racionalidade neoliberal, ela adquire um conceito diferente daquele dado por Adam Smith ou de outros neoclássicos. “É um processo de descoberta e aprendizado que modifica os sujeitos, ajustando-os uns aos outros”. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 139).

Adotando como referência essa perspectiva de moldar as relações humanas, não cabe mais afirmar que a escola forma mão de obra para o mercado de trabalho, já que, na racionalidade neoliberal, a palavra mercado passa a adquirir uma concepção de maior amplitude. Trata-se de “um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual, o indivíduo aprende a se conduzir”. (DARDOT, LAVAL, 2016, p.140). Dentro dessa concepção, emergem práticas que induzem os indivíduos a se tornarem sujeitos ativos e inovadores, que constituem a máxima do empreendedorismo. “Se a sociedade e a economia se caracterizam pela inovação permanente, a escola deve estar à altura dos ideais e do funcionamento dos outros universos da sociedade” (LAVAL, 2019, p.217). A narrativa da constante necessidade por inovação também pode ser entendida como uma justificativa aos interesses do capital, que enxerga a educação como fonte de obtenção de lucro.

Daí a combinação profundamente liberal do tema da inovação com a argumentação a favor de um mercado que exige inovação permanente; daí também o casamento dessa ideologia com a grande narrativa das novas tecnologias que supostamente vão revolucionar as relações pedagógicas. (LAVAL, 2019, p. 219).



Além do forte apelo às ferramentas tecnológicas, no cenário educacional brasileiro, o processo de individualização alimentado pela racionalidade neoliberal pode ser identificado, por exemplo, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), organizada a partir de competências e habilidades.

Instrumento ainda recente na educação do país, a BNCC pode ser apontada como um exemplo da concretização da chamada “pedagogia das competências”.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimento (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p. 8).

Essa estruturação em torno da ideia de competências e de habilidades institucionaliza, na escola, a lógica mercadológica do neoliberalismo, em que toda atividade humana tem como finalidade a questão da produtividade. Ou como afirma Alvarez: “[...] a BNCC, tornou-se um documento exemplar do quanto a ação governamental pode mostrar-se permeável a interesses privados no âmbito da educação” (ALVAREZ, 2018, p. 41). Ainda assim, a justificativa apresentada pela Base, ao adotar a ideia de competências, consiste em reconhecer que a educação deve: “[...] afirmar valores estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa [...]” (BRASIL, 2018, p. 8). Entretanto, a questão que podemos colocar é: quais são esses valores? É possível tornar uma sociedade mais humana e justa, quando interesses individuais prevalecem sobre o coletivo?

Ao justificar a adoção das competências, a BNCC usa como argumento, que o foco em competências tem orientado a maioria dos estados, municípios e diferentes países, na construção de seus currículos, desde as décadas finais do século XX, ao momento atual. (BRASIL, 2018). Outra justificativa apresentada pela BNCC é que o foco em competências tem sido utilizado em avaliações elaboradas por organismos internacionais.

Partindo dessa análise, portanto, defender que a formação através de competências e de habilidades, como propõe a BNCC, confere um caráter mais útil e prático aos processos de ensino e aprendizagem, para que, assim, os estudantes possam aplicá-los em sua vida diária, trata-se, então, de uma grande falácia, pois, na verdade, o que se busca é conformar indivíduos, por meio da educação, a aceitar a desigualdade e a exclusão, intensificadas pela hegemonia da racionalidade neoliberal.

Em suma, a “pedagogia das competências” apresenta-se como outra face da “pedagogia do aprender a aprender”, cujo objetivo é dotar os indivíduos de



comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. (SAVIANI, 2013, p. 437).

Esse comportamento flexível e ajustável pode ser compreendido como um processo de conformação e de individualização. Na BNCC, essas características podem ser identificadas por exemplo, no item nº 10, através de termos como: responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, que integram a racionalidade neoliberal. “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação [...]” (BRASIL, 2018, p. 10). Ainda que apareça a ideia do coletivo e de autonomia, dentro da pedagogia das competências que fundamentam a BNCC, o sentido desses termos é completamente esvaziado, pois o que prevalece o aspecto da individualidade.

Além das particularidades que apontam para características individuais, Ramos (2011) afirma que o modelo da chamada pedagogia das competências iniciou sua expressão no ensino técnico e profissionalizante, mas com tendência a organizar a educação de modo geral. Para a autora, esse modelo está comprometido com o processo de produção, já que o conhecimento passa a ser validado desde que comprovada a sua aplicabilidade na produção de bens materiais ou de serviços. Ramos afirma ainda que, sob a hegemonia do capital,

[...] a política educacional foi submetida ao rígido planejamento em termos da relação entre custo e benefício promovidos pela educação, associados às demandas do setor produtivo e à capacidade de resposta a essas demandas pelos sistemas educacionais. (RAMOS, 2011, p. 237).

Com isso, as políticas educacionais subordinam-se à lógica da economia. No caso em específico do currículo, a BNCC representa um instrumento dessa subordinação. “A Base é, antes de tudo, uma política de centralização curricular” (CÁSSIO, 2018, p. 13). Logo, essa centralização passa a ser pautada pelos interesses do capital que, além de lucrar com a venda de materiais, como livros didáticos, difundem, nesses materiais, a racionalidade neoliberal.

O debate público sobre o currículo da Educação Básica é travado nos cadernos “Mercado” dos grandes jornais. Todos eles produziram matérias favoráveis sobre a Base, bem como a mídia especializada em economia: o jornal Valor Econômico e as revistas Exame, IstoÉ Dinheiro e Época Negócios. (CÁSSIO, 2018, p. 15).

O autor afirma, ainda, que a Fundação Lemann, por exemplo, tem investido por meio da BNCC em ações de *advocacy*, definida por ele como prática de influenciar na formulação de políticas e na alocação de recursos públicos (CÁSSIO, 2018).



Além da sua organização através de competências e de habilidades, a presença marcante da racionalidade neoliberal na BNCC, também aparece na reconfiguração de termos e expressões comuns a área da educação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de *aprendizagem* e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2018, p. 7, grifo nosso).

O trecho destacado se trata da apresentação da Base. Nessa introdução, fica evidente a substituição da palavra educação por aprendizagem.

O deslocamento da linguagem da educação para uma linguagem da aprendizagem não é, evidentemente, fruto de uma simples escolha de palavras. Ele é, sobretudo, um deslocamento político, em que um projeto coletivo (educação) vai sendo fragmentado e paulatinamente transformado em um projeto individual (aprendizagem mensurável nas avaliações). (CÁSSIO, 2018, p. 33).

A opção pelo termo aprendizagem, em substituição à palavra educação, reforça que a escola, por meio da Base, assume um papel protagonista na difusão da racionalidade neoliberal, que propõe a substituição da ideia do coletivo pelo individual. Racionalidade, essa, que vai ao encontro da chamada Pedagogia das competências, que atribui o sucesso de um indivíduo ao seu esforço pessoal e/ou responsabiliza-o por seu fracasso.

A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS E A TEORIA DO CAPITAL HUMANO NA BNCC

Considerando que a Pedagogia das competências estimula comportamentos individualistas e competitivos podemos afirmar que, mesmo não aparecendo de forma explícita na atual base curricular, ela tem raízes na Teoria do Capital Humano, que representa, “A hipertrofia da ação individual” (SAFATLE; SILVA JR.; DUNKER, 2020, p. 48).

Para Frigotto (2010), a Teoria do Capital Humano nasce e se desenvolve em defesa do pensamento econômico burguês.

Se todos os indivíduos são livres, se todos no mercado de trocas podem vender e comprar o que querem, o problema da desigualdade é culpa do indivíduo. Ou seja, se existem aqueles que têm capital é porque se esforçaram mais, trabalharam mais, sacrificaram o lazer e pouparam para investir. (FRIGOTTO, 2010, p. 73).

Fica claro, portanto, que essa perspectiva atribui a desigualdade social a um problema de ordem individual, já que questões como condições de acesso e de permanência na escola desaparecem nesse tipo de análise.

A partir do exposto sobre a Pedagogia das competências e a Teoria do Capital Humano podemos afirmar, então, que a ideia de competências, presente na atual BNCC, possui estreita ligação com a Teoria do Capital Humano. Dessa forma, o principal documento norteador das políticas curriculares do Brasil, ao ter sua origem em uma Teoria que defende fatores como o mérito e a produtividade, exclui, por exemplo, estudantes com grande defasagem pedagógica, problemas de aprendizagem e com deficiência, já que, dentro da lógica da concorrência e da competição, eles estariam em desvantagem.

O INDIVÍDUO COMO EMPREENDEDOR DE SI

Embora a questão do empreendedorismo seja mencionada na BNCC, ao tratar das finalidades do Ensino Médio na contemporaneidade, a lógica empreendedora tem entrada na educação logo nos anos iniciais, visto que as competências definidas pela BNCC se articulam nas diferentes etapas da educação, como consta no próprio documento.

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB. (BRASIL, 2018, p. 8).

Ao analisar as finalidades apresentadas para o Ensino Médio, notamos a presença do empreendedorismo acompanhado de uma série de competências já previstas nas modalidades anteriores.

Ao adotar questões como resiliência, responsabilidade e inovação, a ideia do coletivo passa por um processo de esvaziamento, ao mesmo tempo em que se minimizam políticas assistenciais aos alunos mais desfavorecidos, já que, de acordo com essa lógica, o fracasso, ou o sucesso são consequências apenas do esforço, do empenho pessoal, da capacidade de inovação, da resiliência e da flexibilidade de cada indivíduo. Dentro desse contexto, o empreendedorismo adquire um significado de maior amplitude. Nessa concepção, o objetivo é

tornar cada indivíduo um empreendedor de si mesmo. Sendo assim, o empreendedor precisa agir como uma empresa, ou seja, obter lucro.

Para os autores, o empreendedor é um indivíduo que está sempre na busca de uma oportunidade comercial. Assim, dentro da hegemonia neoliberal, todos os indivíduos aprendem a agir como empreendedores.

Somos todos empreendedores, ou melhor, todos aprendemos a ser empreendedores. Apenas pelo jogo do mercado nós nos educamos a nos governar como empreendedores. Isso significa também que, se o mercado é visto como livre espaço para os empreendedores, todas as relações humanas podem ser afetadas por essa dimensão empresarial, constitutiva do humano. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 146).

Dentro dessa concepção, o empreendedorismo constitui-se como uma ferramenta que tem por objetivo formar indivíduos cujas relações devem ter a questão do lucro como fator primordial. Pensando na escola como um espaço de formação, a lógica mercadológica pauta as relações pedagógicas. Esse fato nos leva a compreender o funcionamento da escola como um espaço organizado a serviço dos interesses do capital.

Se o mercado é um processo de aprendizado, se o fato de aprender é um fator fundamental do processo subjetivo de mercado, o trabalho de educação realizado por economistas pode e deve contribuir para a aceleração dessa autoformação do sujeito. A cultura de empresa e o espírito de empreendimento podem ser aprendidos desde a escola, do mesmo modo que as vantagens do capitalismo sobre qualquer outra organização econômica. O combate ideológico é parte integrante do bom funcionamento da máquina. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 150).

É essa racionalidade que vai orientar a condução de uma formação pautada por competências, em que os estudantes precisam ser resilientes, responsáveis e inovadores.

O empreendedorismo, então, atua para a consolidação de um processo de formação de indivíduos dentro da perspectiva neoliberal, cujo sonho, como apontado por Brown, é de que os Estados sejam orientados quase exclusivamente por projetos do mercado (BROWN, 2019, p. 100). Projetos, esses, que tornam a questão econômica fator central, de modo a responsabilizar o indivíduo por sua dinâmica. Então, quando isso acontece: “[...] pesa sobre ele com máximo vigor uma lei externa, a lei da valorização do capital” (SAFATLE; SILVA JR.; DUNKER, 2020, p. 48). Seguem, ainda, os autores:

Ao internalizá-la, é o próprio indivíduo que passa a exigir de si mesmo ser um empreendedor bem-sucedido, buscando ‘otimizar’ o potencial de todos os seus atributos capazes de ser ‘valorizados’, tais como imaginação, motivação, autonomia, responsabilidade. (SAFATLE; SILVA JR.; DUNKER, 2020, p. 48).



Mais uma vez, os atributos valorizados pela racionalidade neoliberal nos remetem às competências presentes na BNCC. Em busca de um processo de inovação e de superação que nunca finda, os indivíduos são imersos em uma competição infinita uns com os outros, já que essa racionalidade não conduz a um ponto de chegada. E como uma competição precisa de vitoriosos, a internalização dessa lógica produz uma série de sentimentos que podem levar os indivíduos a um processo de adoecimento. “Essa subjetividade [...] provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autculpabilização; a patologia nesse contexto é a depressão” (SAFATLE; SILVA JR.; DUNKER, 2020, p. 48).

Além da produção dos sentimentos negativos que são intensificados pela lógica do empreendedorismo, dentro da racionalidade neoliberal, essa perspectiva, além de adoecer os indivíduos, desconsidera o contexto social, político e econômico em que eles estão imersos. Acompanhando essa racionalidade individualista, a necessidade de ação do Estado, em políticas assistenciais às populações desfavorecidas, é minimizada, já que, dentro dessa lógica, o indivíduo passa a ser o único responsável pela condução de sua vida. Logo, se ele obteve êxito, foi porque se esforçou para isso, caso isso não tenha acontecido, a explicação dada é a de que ele não se empenhou, ou que seu esforço foi insuficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão realizada, podemos concluir que, ao ser estruturada em torno de competências, a BNCC atua para a manutenção hegemônica da racionalidade neoliberal na educação, já que as competências definidas pelo referido documento estão alinhadas às orientações de organismos internacionais, como a (OCDE) e a Unesco, que promovem avaliações em larga escala, como consta na própria BNCC. Além disso, a ideia de competência está fundamentada na Teoria do Capital Humano, que enxerga a educação como um investimento. Essa teoria corrobora, também, a ideia do empreendedorismo, cuja referência, embora apareça na BNCC apenas no contexto do ensino médio, mobiliza uma série de pressupostos, tais como inovação, resiliência e responsabilidade, presentes já no ensino fundamental, que são atributos essenciais para a composição do indivíduo empreendedor. Cabe destacar que esses atributos reforçam a ideia da competição entre os indivíduos, minando qualquer sentimento ou espírito de coletividade. Dessa forma, as relações humanas passam a ser pautadas por uma competição infinita.



Além da competitividade, a lógica empreendedora no sistema neoliberal produz uma racionalidade que conduz o indivíduo a pensar e a agir como uma empresa, ou seja, toda a ação humana deve ser pensada em uma perspectiva de obtenção de vantagens, com isso, os estudantes precisam ser empreendedores de si mesmos, em uma ideia clara de acumulação de algum tipo de capital. É dentro dessa perspectiva mercadológica, então, que o empreendedorismo vem ganhando cada vez mais força nos espaços escolares, ancorado em um discurso de promoção da autonomia, quando, na verdade, os efeitos são totalmente opostos. Importante destacar, também, que essa busca constante por inovação produz sentimentos de responsabilização e de culpabilização nos indivíduos quando eles não obtêm êxito.

Sendo assim, não pode ser verdade que a BNCC reconhece que a educação deve estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, além de torná-la mais justa e humana, como prevê o documento. Além de promover a exclusão, já que dentro de uma competição, por exemplo, estudantes com baixo rendimento e necessidades educacionais especiais saem em desvantagem, essa lógica empreendedora minimiza a adoção de políticas assistenciais aos menos favorecidos.

Portanto, é preciso que a escola trabalhe realmente por uma educação que, de fato, seja emancipadora e que reforce a importância da coletividade, em que fatores como solidariedade e respeito à vida humana possam sobressair à ideia da competição.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Gilberto. Capítulos do desmonte do ensino. In: CÁSSIO, Fernando; CATELLI, Roberto Jr., org. **Educação é a Base?** 24 educadores discutem a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, p. 41-44, 2018.

BALL, Stephen John. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Trad. Janete Bridon. 23ª ed. Ponta Grossa, UEPG, 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Educação é a Base. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Trad. Eduardo Altheman C. Santos, Mario A. Marino. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

CÁSSIO, Fernando. Existe vida fora da BNCC? In: CÁSSIO, Fernando; CATELLI, Roberto Jr., org. **Educação é a Base?** 24 educadores discutem a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, p. 13-39, 2018.



DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Trad. Mariana Echalar. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAFATLE, Vladimir; SILVA Jr., Nelson da; DUNKER, Christian, org. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.